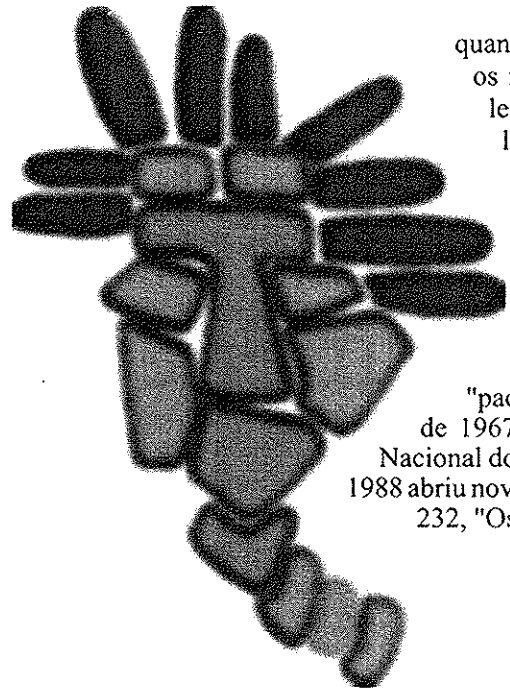


Jornal do Federal nº 58  
 Jan.-jul./1999 4  
 28

Políticas Públicas  
**Índios Resistem 500 Anos**

Por volta de 1500, estima-se que havia 80 milhões de habitantes indígenas no continente americano, falando duas mil línguas diferentes. Desta população original, cerca de 70 milhões foram dizimados nos primeiros cem anos de colonização européia, a partir dos dados levantados pelo pesquisador Tzvetan Todorov. Foi o maior genocídio da história, onde foram utilizadas algumas táticas ainda comuns nos dias de hoje: epidemias, fome, deslocamentos, confinamentos, guerras e trabalhos forçados. O exemplo do México é emblemático: de 25 milhões de índios, a população caiu para 1 milhão e 250 mil pessoas. Dos 9 milhões de indígenas que habitavam o império Inca (Peru, Equador, Bolívia e Norte do Chile), 6 milhões e 400 mil foram dizimados num período de cem anos.

*"Enquanto alguns comemoram com relógios ou bugigangas os 500 anos de descobrimento, os povos indígenas e a maioria do povo brasileiro têm lembranças de escravidão, de controle, de limitações e da imposição do mito da homogeneidade étnica e cultural"*  
 senadora Heloisa Helena (PT-AL)



**500 Anos de Protesto**

Reunidos em Macapá, no Amapá, caciques e pajés de várias tribos da Amazônia decidiram programar uma ocupação simbólica do Monte Pascoal, na Bahia, no dia 22 de abril do ano que vem, como forma de "reflexão" aos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Um dos coordenadores do movimento, Sebastião Manchinery, disse que uma série de palestras e eventos culturais com o tema do descobrimento vão marcar a ocupação, que será precedida de uma caminhada da cidade de Porto Seguro até o Monte Pascoal. Ele acredita que mais de 10 mil índios, de todas as etnias brasileiras, participarão do movimento. "Não será nada comemorativo, mas reflexivo e reivindicativo", explicou Francisco Avelino Batista, da União das Nações Indígenas.

No Brasil, a população estimada em 3,5 milhões está reduzida a cerca de 300 mil índios, distribuídos em 210 povos. Segundo o IBGE, em 1995 havia cerca de 30 mil índios desaldeados, vivendo nas cidades e periferias das capitais. De acordo com dados recolhidos no início desta década pelo antropólogo Darcy Ribeiro, 55 povos desapareceram na primeira metade deste século. A idéia de integração dos índios à sociedade nacional vem do período colonial, quando o governo português dividia-se entre os interesses dos colonos de escravizar os índios e as tentativas dos missionários de convertê-los ao cristianismo e de levá-los a adotar "costumes civilizados". No período imperial, as disposições legais relativas aos índios continuaram em vigência mesmo após a proclamação da independência, em 1822. No governo regencial, em 1831, foram revogadas as leis que declaravam guerra contra diversas tribos e permitiam a escravidão de índios. Ao contrário dos períodos colonial e imperial, onde a igreja católica era oficial e partia do próprio governo a iniciativa de catequizar os índios, o período republicano não se interessou em promover este tipo de trabalho missionário.

Em 1910, foi criado o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), para "pacificar as tribos indígenas em luta contra os civilizados". No dia 5 de dezembro de 1967, através da Lei 5.371, o governo substituiu o SPI pela Funai (Fundação Nacional do Índio), atual responsável pela política indigenista. A Constituição Federal de 1988 abriu novas perspectivas de atuação e articulação dos povos indígenas. Segundo o artigo 232, "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar

em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo". Mas estes direitos não se fizeram sentir na prática. Por falta de adequação aos novos conceitos e da regulamentação do próprio texto constitucional, a Funai ficou sem política definida. Com isso, diminuiu o orçamento da União para os povos indígenas, que foram largados à famosa e decantada liberdade de mercado em seus territórios, sofrendo a miserabilidade crescente, em comunidades desagregadas e culturas violentadas.

Em quatro anos e quatro meses de governo Fernando Henrique, foram demarcadas apenas 11% das 556 terras indígenas. O Decreto nº 1.775/96 fez fazendeiros, garimpeiros e madeireiros sentirem-se mais à vontade para promover conflitos e violência contra as comunidades indígenas. E para agravar o problema, o governo publicou o Despacho nº 13, abrindo prazo de mais 90 dias para os fazendeiros invasores contestarem a demarcação que já foi concluída. Segundo o Instituto de Medicina Tropical de Manaus (dados de 1995), a expectativa de vida dos índios é de apenas 42,6 anos, em média. Segundo a organização Mundial de Saúde, a expectativa de vida média do não índio brasileiro é de 67 anos. Há regiões em que os índios vivem apenas 24,5 anos. Apesar das mais diversas formas de violência, incluindo o darwinismo social, os povos indígenas têm dado demonstrações surpreendentes de resistência. Em 1985 eles eram apenas 220 mil pessoas e hoje chegam a 300 mil.

\* Os dados utilizados possuem estimativas que variam segundo as diferentes fontes. A Funai anuncia para 1998 a realização de um censo indígena. O telefones da Funai é 061 226 8211 e 321 8884.

**Política Indigenista**

O Decreto 26/91 do governo federal, anterior ao governo FHC, entregou ao MEC a coordenação das ações referente educação escolar indígena, cabendo às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação das mesmas referentes à educação escolar indígena, ouvindo a Funai. Segundo o MEC, o governo tem um programa de apoio aos estudantes indígenas de 1º, 2º e 3º graus, que beneficia mais de 70 mil índios. O estado que recebe maior valor é o Amazonas, que possui mais de 15 mil estudantes indígenas, seguido por Mato Grosso do Sul e Roraima, com cerca de 6 mil e 5,6 mil, respectivamente. O presidente da República anunciou que vai assinar também um decreto transferindo, para o Ministério da Saúde, as atividades de prevenção e assistência médica ao índio. Desde a Constituição de 1988, a função era dividida entre o Ministério e a Funai, gerando atritos de competência. O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Saulo Feitosa, elogia a unificação, mas teme uma gradativa transferência de responsabilidades do governo federal para estados e municípios, sem a contrapartida financeira.

**Promessas de Campanha**

Quando FHC era candidato à presidência da República, seu programa eleitoral chamado "Avança Brasil" assumia os seguintes compromissos:

- identificar as 105 terras indígenas remanescentes e concluir a identificação de 62 outras, num total de 167 áreas
- agilizar os procedimentos para reconhecer, ou declarar como indígenas, 117 terras e concluir o reconhecimento de vinte outras
- demarcar até setenta por cento das terras que vierem a ser reconhecidas, além das 31 já reconhecidas
- registrar todas as 33 terras já homologadas e agilizar o procedimento para registrar até setenta por cento das terras a serem homologadas
- reassentar todas as famílias de ocupantes de 150 terras
- efetiva garantia à integridade de suas terras, por intermédio de programas de fiscalização de seus limites e do uso auto-sustentado dos seus bens naturais
- acesso universal aos serviços públicos de saúde e educação - incluindo escolarização específica e intercultural
- valorização das formas indígenas tradicionais de trabalho
- preservação e melhoria dos recursos naturais em seus ambientes